

# Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações

Clayton Robson Moreira da Silva  
(Organizador)



**Clayton Robson Moreira da Silva**

(Organizador)

# Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações

Atena Editora  
2019



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A238	Administração 4.0 [recurso eletrônico] : flexibilidade para a inovação das organizações / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-520-4 DOI 10.22533/at.ed.204190607  1. Administração de empresas. 2. Inovação. 3. Tecnologia. I.Silva, Clayton Robson Moreira da.  CDD 658.1
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra “Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações”, publicada pela Atena Editora, compreende um conjunto de vinte e quatro capítulos que abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração, promovendo o debate sobre estratégias, ações e mecanismos flexíveis focados na inovação das organizações.

Dessa forma, esta obra é dedicada àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre administração das organizações, com foco na inovação, por meio de um arcabouço teórico especializado. Ainda, ressalta-se que este livro agrega à área da gestão à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre diversos temas e conduzindo gestores, empreendedores, técnicos e pesquisadores ao delineamento de novas estratégias de gestão para a inovação. A seguir, apresento os estudos que compõem os capítulos deste volume, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “Grau de Inovação das Micro e Pequenas Empresas: uma análise sob a ótica do radar de inovação” e objetivou evidenciar a importância da inovação para as micro e pequenas empresas, apresentando o grau de inovação de uma microempresa que participou do projeto Agentes Locais de Inovação (ALI), no período de 2009 a 2011. O segundo capítulo tem como título “Perfil dos Empreendedores Brasileiros: o que mostra a pesquisa SEBRAE/ IBQP/ *Global Entrepreneurship Monitor*” e objetivou identificar o perfil do empreendedor brasileiro, utilizando a metodologia de pesquisa da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM). O terceiro capítulo, intitulado “Pequenas e Médias Empresas: modelagem de processos de negócios e seus desafios”, objetivou elucidar os esforços, os desafios e oportunidades de pequenas e médias empresas em desenvolverem-se no mercado nacional e estrangeiro por meio do uso do gerenciamento de processos de negócio e suas vertentes.

O quarto capítulo é intitulado “Visão Crítica das Políticas de Gestão de Pessoas e Gestão do Conhecimento em Pequenas Empresas” e objetivou debater a importância da articulação teórica entre políticas de gestão de pessoas (GP) e gestão do conhecimento nas pequenas empresas. O quinto capítulo tem como título “Estilos de liderança e a Teoria da Liderança Situacional de Hersey e Blanchard” e apresenta a Teoria da Liderança Situacional como uma ferramenta de gerenciamento que faz uso de diferentes estilos de liderança existentes aproveitando suas virtudes conforme o grau de maturidade do colaborador. O sexto capítulo, intitulado “A Percepção do Colaborador acerca da Implantação de um Plano de Cargos e Carreira: um estudo de caso em uma ICES – Instituição Comunitária de Ensino Superior”, teve como objetivo investigar a percepção dos colaboradores de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES) sobre a implantação do plano de cargos e carreira.

O sétimo capítulo tem como título “Violência Simbólica e Empoderamento:

mulheres que ocupam cargos de direção em centros universitários” e buscou analisar a percepção da existência de empoderamento e/ou da vivência da violência simbólica no cotidiano de trabalho de cinco mulheres que ocupam cargos de alta direção em Centros Universitários, em Belo Horizonte - MG. O oitavo capítulo é intitulado “Equidade Salarial Feminina no Mercado de Trabalho: reflexões a partir de um levantamento bibliográfico” e teve como objetivo nortear novos administradores nas questões relacionadas à equidade salarial através de um levantamento bibliométrico de pesquisas sobre o tema. O nono capítulo é intitulado “Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição: é possível situá-la no círculo das matrizes epistêmicas?” e explora a Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição (TCPO), no âmbito do Círculo das Matrizes Epistêmicas (CME), com base na Sociologia das Ausências, das Emergências, da Teoria (trabalho) de Tradução, bem como na Razão Subjacente: a Razão Cosmopolita como crítica à Razão Indolente.

O décimo capítulo tem como título “Descentralização das Ações de Indução da Cultura da Inovação: estudo do setor confeccionista no município de Curvelo/MG” e estudou a importância da implementação de uma rede inovadora nos municípios onde há unidades CEFET-MG, a fim de consolidar uma política inovadora. O décimo primeiro capítulo é intitulado “Modelo de Internacionalização de Empresas com Suporte nas Teorias Uppsala e Capital Social” e objetivou propor um modelo de internacionalização com suporte na relação entre a Teoria *Uppsala* e a Teoria do Capital Social. O décimo segundo capítulo tem como título “Capital Social e Ensino Superior na Perspectiva da Internacionalização” e objetivou elaborar um *framework* para compreender a internacionalização do Ensino Superior, por meio do capital social desenvolvido em Cooperação Acadêmica Internacional.

O décimo terceiro capítulo é intitulado “Transparência na Administração Pública Municipal do Estado da Paraíba” e objetivou verificar se os 223 municípios que formam o estado da Paraíba estão divulgando os instrumentos de transparência pública previstos no artigo 48 da Lei Complementar n 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos portais eletrônicos dos municípios. O décimo quarto capítulo tem como título “*Accountability* como Ferramenta de Controle e Transparência na Universidade Federal de Rondônia” e objetivou analisar como a Pró-reitora de Planejamento (PROPLAN) cumpre os critérios de divulgação e transparência exigidos pela Lei de Acesso à Informação e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O décimo quinto capítulo, intitulado “Carta de Serviços ao Usuário: um estudo de caso numa grande universidade federal brasileira”, teve como objetivo verificar se o capítulo 2 do Decreto 9.094/2017 está sendo atendido nas universidades públicas federais brasileiras, ou seja, se a carta está disponibilizada ao usuário.

O décimo sexto capítulo é intitulado “Administração Transnacional, Governança Global e Política Mundial: as vicissitudes do mundo em transe” e desenvolve ensaio teórico à luz de Octavio Ianni, David Coen e Tom Pegram, e Anne-Marie Slaughter. O décimo sétimo capítulo, intitulado “As Perspectivas Acadêmicas da Trajetória das

Políticas de Previdência Social no Brasil”, buscou analisar as perspectivas teóricas adotadas nos estudos científicos sobre a trajetória das políticas de Previdência Social no Brasil de 1998 a 2017 por meio de uma revisão bibliográfica sistemática integrativa. O décimo oitavo capítulo tem como título “Análise de Políticas Públicas: reflexões sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu” e apresenta as principais características do bambu, seu uso nas atividades produtivas, como também analisa sinteticamente a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu.

O décimo nono capítulo tem como título “Reduzir, Reutilizar e Reciclar - Sustentabilidade de um Centro de Triagem de Materiais Recicláveis: estudo de caso” e buscou apresentar uma proposta de gestão financeira para um centro de triagem visando sua sustentabilidade no mercado de materiais recicláveis localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo. O vigésimo capítulo é intitulado “Custo da Promoção versus o Retorno da Promoção: o caso da GODAM Alimentos” e objetivou mostrar os custos e os retornos esperados de uma ação promocional através do trabalho de um promotor de vendas desta empresa dentro de uma empresa-parceira (cliente). O vigésimo primeiro capítulo é intitulado “Perfil e-Consumidor dos Discentes do Curso de Administração de uma IES Brasileira” e objetivou conhecer o perfil e-consumidor dos alunos do curso de administração.

O vigésimo segundo capítulo é intitulado “Mito x Realidade: o *tag along* como mecanismo de proteção do acionista minoritário das sociedades anônimas brasileiras” e objetivou identificar a efetividade do *tag along* como prática de governança corporativa que protege o acionista minoritário da ação dos acionistas controladores em caso de alienação de controle. O vigésimo terceiro capítulo, intitulado “Análise da Carteira Eficiente entre o Mercado Imobiliário e os Títulos Públicos Federais”, objetivou apresentar uma solução para maximizar um portfólio, utilizando a combinação de investimentos diferentes, buscando, com isso, obter a melhor relação risco-retorno. O vigésimo quarto capítulo tem como título “*Organizational Learning as a Driver of a Social Business Model: a case study*” e investiga como os agricultores orgânicos no Sul do Brasil estão tornando seu negócio social operacionalmente sustentável, criando um ambiente de aprendizagem.

Assim, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área de administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, técnicos, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
GRAU DE INOVAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO RADAR DE INOVAÇÃO	
Jéssica dos Santos Veiga Anderson Luís do Espírito Santo Rosa de Barros Ferreira de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
PERFIL DOS EMPREENDEDORES BRASILEIROS: O QUE MOSTRA A PESQUISA SEBRAE/ IBPQ/ GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR	
Ângelo José Penna Machado Carlos Rodrigo da Silva Ywrynicksom Ramos Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: MODELAGEM DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS E SEUS DESAFIOS	
Roquemar de Lima Baldam Daniel Vasconcelos Castro Morgana de Freitas Guaitolini Lourenço Costa Thalmo de Paiva Coelho Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>49</b>
VISÃO CRÍTICA DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E GESTÃO DO CONHECIMENTO EM PEQUENAS EMPRESAS	
Talita Bernardi Goettens Denize Grzybovski	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>58</b>
ESTILOS DE LIDERANÇA E A TEORIA DA LIDERANÇA SITUACIONAL DE HERSEY E BLANCHARD	
Elvis Magno da Silva Caique Bevilaqua Vilas Boas Rondinelli Heitor Resende Andrade Heloísa Teixeira Fidelis Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>69</b>
A PERCEPÇÃO DO COLABORADOR ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE UM PLANO DE CARGOS E CARREIRA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ICES – INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR	
Eder Ocimar Schuinsekel Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906076</b>	



<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>84</b>
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E EMPODERAMENTO: MULHERES QUE OCUPAM CARGOS DE DIREÇÃO EM CENTROS UNIVERSITÁRIOS	
Cristiane Chaves Caldas	
Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo	
Ana Lúcia Magri Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906077</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>96</b>
EQUIDADE SALARIAL FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DE UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	
Eline dos Anjos	
Washington Ângelo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>113</b>
TEORIA CRÍTICA PÓS-MODERNA DE OPOSIÇÃO: É POSSÍVEL SITUÁ-LA NO CÍRCULO DAS MATRIZES EPISTÊMICAS?	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria	
Alexandre Oliveira Lima	
Antônia Márcia Rodrigues Sousa	
Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>131</b>
DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE INDUÇÃO DA CULTURA DA INOVAÇÃO: ESTUDO DO SETOR CONFECCIONISTA NO MUNICÍPIO DE CURVELO/MG	
Ronaldo Ferreira Machado	
Lourdiane Gontijo das Mercês Gonzaga	
Nilton da Silva Maia	
Antônio Guimarães Campos	
Maria de Lourdes Couto Nogueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>145</b>
MODELO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS COM SUPORTE NAS TEORIAS UPPSALA E CAPITAL SOCIAL	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria	
Alexandre Oliveira Lima	
Antônia Márcia Rodrigues Sousa	
Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>168</b>
CAPITAL SOCIAL E ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria	
Alexandre Oliveira Lima	
Antônia Márcia Rodrigues Sousa	
Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060712</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>190</b>
TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO ESTADO DA PARAÍBA	
Marinely Costa de Lima	
Maria Manuela Costa de Lima	
Iran Jefferson Ribeiro de Lima	
Vera Lúcia Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>207</b>
ACCOUNTABILITY COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	
Daniela Dourado Santos	
Marcilene de Assunção	
Marlene Valério dos Santos Arenas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>223</b>
CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO: UM ESTUDO DE CASO NUMA GRANDE UNIVERSIDADE FEDERAL BRASILEIRA	
Joyce Vasconcelos Coutinho dos Reis	
Diego Fillipe de Souza	
Jorge da Silva Correia Neto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>236</b>
ADMINISTRAÇÃO TRANSNACIONAL, GOVERNANÇA GLOBAL E POLÍTICA MUNDIAL: AS VICISSITUDES DO MUNDO EM TRANSE	
Carlos Antonio Mendes de Carvalho Buenos Ayres	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>248</b>
AS PERSPECTIVAS ACADÊMICAS DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	
Raquel Andrade e Silva	
Elaine Aparecida Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>261</b>
ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO AO MANEJO SUSTENTADO E AO CULTIVO DO BAMBU	
Fábio Moita Louredo	
Ricardo de Souza Martins da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060718</b>	

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>273</b>
REDUZIR, REUTILIZAR E RECICLAR - SUSTENTABILIDADE DE UM CENTRO DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: ESTUDO DE CASO	
Ricardo Zerinto Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>284</b>
CUSTO DA PROMOÇÃO VERSUS O RETORNO DA PROMOÇÃO: O CASO DA GODAM ALIMENTOS	
Elvis Magno da Silva	
Dayana Christina dos Reis	
Sibila Fernanda Martins Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>293</b>
PERFIL E-CONSUMIDOR DOS DISCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA IES BRASILEIRA	
Igor Ferreira de Fúcio	
Reginaldo Adriano de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
José Carlos de Souza	
Lilian Beatriz Ferreira Longo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>308</b>
MITO X REALIDADE: O TAG ALONG COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO DO ACIONISTA MINORITÁRIO DAS SOCIEDADE ANÔNIMAS BRASILEIRAS	
Éder de Souza Beirão	
João Paulo Cavalcante Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>324</b>
ANÁLISE DA CARTEIRA EFICIENTE ENTRE O MERCADO IMOBILIÁRIO E OS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	
Pedro Oliveira Otoch	
Marcelo Augusto Farias de Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>336</b>
ORGANIZATIONAL LEARNING AS A DRIVER OF A SOCIAL BUSINESS MODEL: A CASE STUDY	
Michelle Dauer	
Michele de Souza	
Luiz Reni Trento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>348</b>
A IMPORTÂNCIA DO LIDER COACHING NA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO COM A EQUIPE DO NÚCLEO DE PESQUISA - OBSERVATÓRIO DO TURISMO DO ESTADO DE GOIÁS	
Giovanna Adriana Tavares Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060725</b>	

<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>354</b>
A INFLUÊNCIA DO CONHECIMENTO CULTURAL NOS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	
<a href="#">Carolina Pellissari Ribeiro</a> <a href="#">Ana Leticia Rupel</a> <a href="#">Jessica Cristine Metnek</a> <a href="#">Patricia Kroetz Maggioni</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060726</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>364</b>
PERCEPÇÕES SOBRE O (DES)ALINHAMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ACCOUNTABILITY E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
<a href="#">Leonardo da Silva Trindade Matos</a> <a href="#">Rosiane Maria Lima Gonçalves</a> <a href="#">Antônio Carlos Brunozi Júnior</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060727</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>377</b>
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL	
<a href="#">André Luiz Alvarenga de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060728</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>393</b>
REDUÇÃO DE FALHAS EM SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS COM O USO DAS TÉCNICAS FTA, FMECA E ANÁLISE CRÍTICA DE ESPECIALISTAS	
<a href="#">Roquemar de Lima Baldam</a> <a href="#">Patrick Soares Silva</a> <a href="#">Lourenço Costa</a> <a href="#">Thalmo de Paiva Coelho Junior</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060729</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>404</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>405</b>



## ADMINISTRAÇÃO TRANSNACIONAL, GOVERNANÇA GLOBAL E POLÍTICA MUNDIAL: AS VICISSITUDES DO MUNDO EM TRANSE

**Carlos Antonio Mendes de Carvalho**  
**Buenos Ayres**

Universidade Federal do Piauí  
Departamento de Ciências Sociais  
Teresina - Piauí

**PALAVRAS-CHAVE:**  
Transnacionalização.  
Governança. Participação.

Globalismo.  
Neosoberania.

**TRANSNATIONAL ADMINISTRATION,  
GLOBAL GOVERNANCE AND WORLD  
POLICY: THE VICISSITUDES OF THE  
WORLD IN TRANSE**

**RESUMO:** Esse ensaio bibliográfico tem como base de investigação: 1) o amplo trabalho acadêmico do sociólogo brasileiro Octavio Ianni, particularmente no que concerne a seus estudos sobre a nova ordem mundial, o globalismo, a sociedade civil mundial e a sociedade global; 2) o diagnóstico genérico desenvolvido por David Coen & Tom Pegrarn com relação às três gerações de pesquisa sobre o fenômeno da governança global obtidas a partir das análises das Políticas Públicas da União Europeia, das Relações Internacionais e do Direito Internacional; e, por fim, 3) o contributo crítico de Anne-Marie Slaughter acerca da necessidade de busca por um “modelo de processos e dinâmicas” que seja eficiente quanto à explicitação dos mecanismos de funcionamento da governança global. Portanto, a combinação dos backgrounds teóricos destes autores na formatação de uma proposta metodológica eclética sobre a governança global tem como objetivo dar conta dos conflitos sociais, econômicos, políticos e culturais que tem impactado os Estados contemporâneos.

**ABSTRACT:** This bibliographic essay has like base of investigation: 1) the academic work of the Brazilian sociologist Octavio Ianni, particularly with regard to his studies on the new order globalization, global civil society and global society; 2) the generic diagnosis developed by David Coen & Tom Pegrarn regarding the three generations of research on the phenomenon of governance obtained from the analyzes of the European Union’s Public Policies, International Relations and international law; and, finally, (3) Anne-Marie Slaughter’s critical contribution to the need for search for a “model of processes and dynamics” that is efficient in explaining the functioning mechanisms of global governance. Therefore, the combination of the theoretical backgrounds of these authors is fundamental in the elaboration of an eclectic methodological proposal that search to give account of the social, economic, political and cultural conflicts that have impacted the contemporary states.

**KEYWORDS:** Globalism. Transnationalization.

## 1 | INTRODUÇÃO

David Coen & Tom Pegram (2015), na secção *Commentary* do periódico europeu “*Governance: A International Journal of Policy, Administration and Institutions*”, edição de outubro de 2015, produziram um diagnóstico geral, ou estado da arte, sobre o estudo da governança global, sob o título “*Wanted: a third generation of global governance research*” [“*Procura-se: uma terceira geração de pesquisa sobre a governança global*”], no qual postulam a ideia segundo a qual, apesar da urgência no empenho empreendido pelos estudos da Política Pública Europeia e do Direito Internacional, visando resolver o impasse multilateral relativo à mudança do quadro formado por agentes principais nas Relações Internacionais, “o ‘global’ na governança continua a ser amplamente uma *terra incógnita e obscura* - ou nebulosa, diria Octavio Ianni (2003) - para muitos estudiosos que se dedicam ao estudo dos sistemas políticos locais” (Coen & Pegram (2015, p. 419; grifo original; tradução própria), sobretudo considerando que o conceito de governança foi incorporado há mais de duas décadas ao campo cognitivo da disciplina Relações Internacionais (Roseneau & Czempiel, 2000). Daí a necessidade, sugerem Coen & Pegram (2015, p. 419-420; tradução própria) de os “estudiosos das ciências sociais lidarem de forma mais completa com a realidade globalizante da governança”, pois estas (as Ciências Sociais) “[...] têm muito a ganhar e a oferecer ao se orientar rumo a uma rigorosa agenda de pesquisas focalizada na etapa final do ciclo de implementação que envolve a estratégia e a execução”. Além do mais, elucidam os autores aqui considerados, o menosprezo para com o contributo das referidas ciências pode expor a disciplina Relações Internacionais ao risco de marginalização.

Esse apelo cognitivo-disciplinar de Coen & Pegram (ibidem) se orienta tanto pelo leque cognoscitivo das Ciências Sociais quanto pela ampliação do espectro de linhagens teóricas e empíricas da disciplina Relações Internacionais, por sua vez susceptíveis de facultar estudos acadêmicos esmerados que deem conta das interações entre 1) a administração transnacional, aqui concebida como uma estrutura-funcional que opera no âmbito das organizações transfronteiriças em nosso sistema-mundo; 2) a governança global, enquanto capacidade administrativa e financeira, de habilidade política, de justiça e de segurança, propendente a estabilizar as forças e as dinâmicas da realidade histórica supranacional; e 3) a política pública mundial, em que o Estado procura atender às reivindicações por recompensas por parte da sociedade inclusiva e exclusiva, perfilando-se como gestor da relação global/setorial (Müller, 1990), agora em escala planetária. De maneira que uma eficiente e pertinente estratégia de análise sobre a temática em apreço consiste nos estudos que correlacionam a governança global, por sua vez marcada por uma multiplicidade de linhagens teóricas e empíricas, o que inclui as redes transnacionais físicas e as redes virtuais de interação mútua, que em ampla medida se situam no campo cibernético; os regimes de governança global,

que diz respeito às modalidades existentes de governanças regulatórias colaborativas; e, por fim, as instituições multilaterais ou consórcios mundiais das redes físicas em regime de parcerias.

Em linhas gerais, o nosso trabalho se baseia na produção teórica desenvolvida por Octavio Ianni (2010) concernente ao globalismo enquanto totalidade geo-histórica e megaproceto de cunho “**geral, abrangente e integrativo**” (ibidem), mais particularmente enquanto esquema analítico em que o desenvolvimento da sociedade pode ser compreendido a partir de 04 subprocessos de intercâmbio: 1) o social, que lida com questões associadas às novas formas de sociabilidade e ao correspondente jogo das forças sociais contemporâneas; 2) o econômico, que trata da concentração e centralização do capital; 3) o político, que consiste na crescente multipolaridade no âmbito do concerto assimétrico das nações e respectivos processos decisórios mundiais; e 4) o cultural, que alude à transculturação, por sua vez fundada na disseminação da ocidentalização, da orientalização, da africanização e da indigenização da modernidade-mundo.

A estrutura do artigo se compõe de quatro tópicos ou secções principais estreitamente ordenados e articulados, a saber: 1) a Nova Ordem Mundial (NOM), 2) a Administração Pública Transnacional (APT), 3) a Governança Pública Global (GPG) e 4) a Política Pública Mundial (PPM), ocasião em que empreendemos uma análise “geral, abrangente e integrativa” sobre a problemática da governança global. Consequentemente, somos compelidos a refletir sobre as necessidades imperiosas susceptíveis de levar a cabo a incumbência de conjugar as três arenas do conhecimento destacadas pelos autores supracitados: as Políticas Públicas da União Europeia, as Relações Internacionais e o Direito Internacional.

## 2 | A NOVA ORDEM MUNDIAL

Toda ordem diz respeito a um estatuto existencial lastreado no princípio de consentimento ou entendimento de uma coletividade territorial determinada, sendo definida “[...] como todo modelo ou regularidade de interação que encontremos em qualquer situação social” (Cox, 2000, p. 189). Logo, ao nos referirmos à ordem mundial aludimos a uma série de entendimentos rotineiros (comércio, fiscalização aduaneira e sanitária, sistema de correios e uso de passaportes, por exemplo) e fundamentais (distribuição do poder mundial, resolução de conflitos de legitimidade, governança e cooperação internacional etc.), que por sua vez presidem a dinâmica estrutural-funcional do sistema-mundo (Roseneau, 2000). Em síntese, as genealogias da nova ordem mundial, bem como dos estudos das políticas públicas, podem ser rastreadas no conceito vestfaliano de soberania. Além do mais, a articulação da totalidade dos entendimentos rotineiros e fundamentais dá azo à edificação e à manutenção das estruturas de sustentação da ordem mundial em gestação (idem).

As estruturas de sustentação da ordem mundial são operacionalizadas e

classificadas a partir de três níveis básicos de atividades: I) o nível ideacional e intersubjetivo, que compreende os sistemas de crença, os quadros de referência mentais, assim como os valores compartilhados encontrados nos discursos, nos editoriais, nos livros etc; II) o nível objetivo ou comportamental, que envolve a ação regular e estruturada em conformidade com princípios, valores e ideias-força predominantes; e III) o nível político ou agregado, que abarca as instituições e regimes criados pelos atores do sistema. Sendo assim, conclui-se que, no âmbito existencial de uma determinada ordem sócio-histórica, a interação entre estes três níveis de atividades globais (ideacional, comportamental e político-institucional) – ou estruturas – são corresponsáveis pela estabilização e coerência que enformam a ordem mundial vigente (idem). Esta ordem mundial prevalecente ainda está radicada num sistema Vestfaliano de Estados que os nivelam à condição de detentores do mesmo *status quo* jurídico enquanto sujeitos do Direito Internacional, em que o princípio do respeito recíproco dos Estados nacionais em função de sua soberania (poder supremo e independente na elaboração de leis e na tomada de decisões no contexto territorial, ou jurisdicional, de um Estado) constitui o princípio legal básico da ordenação internacional que condiciona suas próprias condições de reprodução sistêmica, e que se estriba na elevada autonomia dos Estados quanto ao enfrentamento dos assuntos internos e externos (autodeterminação dos povos).

Anne-Marie Slaughter (2004), a exemplo de Octavio Ianni, defende o argumento de que já vivemos em uma “nova ordem mundial”, uma vez que nosso mundo não é mais governado exclusivamente por relações que os Estados nacionais unitários estabelecem entre si, em que as redes transnacionais constituídas por uma pluralidade de atores estatais desagregados tornaram-se um elemento central e distintivo da governança global. Como resultado, estas decisões domésticas e internacionais dos atores são em um grau considerável afetados pelas influências que são exercidas pelos membros das redes transnacionais – para além das hierarquias nacionais e internacionais referenciadas.

Mas, para além da simples descrição das redes e regimes de relações institucionais globais, ou da ordem mundial organizada em redes, Anne-Marie Slaughter (2004) sugere uma estratégia de ação político-administrativa orientada para o aperfeiçoamento das regras de convivência mundiais no âmbito de uma nova ordem transnacional, em que as resoluções dos problemas globais, com destaque para as externalidades físicas internacionais negativas, dependem da influência de uma diversidade cada vez maior de Estados desagregados que coexistem no mundo político contemporâneo, propiciando, assim, um maior protagonismo por parte de Estados periféricos no concerto assimétrico das nações; por sua vez marcado por uma multipolarização crescente que se exprime mediante a ampliação da participação sociopolítica nas tomadas de decisão globais levadas a efeito por organismo multilaterais em geral.

A título de esclarecimento, convém aditar que a noção vestfaliana de soberania concebe o Estado como um território físico politicamente delimitado em que os agentes



governamentais (funcionários públicos e agentes políticos eletivos) constituem os únicos árbitros do comportamento legítimo racional-legal. Ela exprime o direito ao isolacionismo, ao largo de qualquer ingerência por parte de outros Estados nacionais, bem como a observância de seu direito em ser reconhecido como um ator global autônomo. Logo, o que prepondera na atualidade geopolítica é o conceito de uma nova modalidade de soberania cuja definição se escora na capacidade de os Estados-nação compartilharem das redes, dos regimes, das instituições e das organizações multilaterais ou transgovernamentais. Em outros termos, significa aludir a uma participação governamental condicionada, ou submetida a condicionalidades, já que as submissões às regras de conduta transgovernamentais consistem em “[...] uma espécie de contrato social condicional” (idem, p. 286). Ou seja, no sentido de que a franquia às participações estatais impõe a observância de um estatuto de responsabilidades básicas que são requeridas e cobradas tanto aos próprios Estados quanto aos seus administrados (ibidem).

### **3 | A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TRANSNACIONAL**

A Administração Pública Transnacional consiste na estrutura e no funcionamento organizacional/governamental via provisão formal de bens e serviços, bem como de atos legais e administrativos em escala global. De todo modo, a política pública transnacional alude à capacidade estatal de prover indistintamente as necessidades tanto dos administrados nacionais quanto dos administrados transnacionais. Tais necessidades são providas mediante a oferta de bens, ou produtos, preferencialmente aqueles que são engendrados em conformidade com a lógica da demanda, ao invés de ser guiado pela lógica da oferta, exemplo típico do modelo de gestão burocrático, e a contrapelo do modelo de gestão gerencial, ambos adscritos à asseidade genuína do Estado performático. Inclui, também, o setor de serviços públicos em geral, os legítimos conformadores de redes de unidades ou de órgãos administrativos orientados para salvaguardar o direito difuso consentâneo com a ideia de “universalismos de procedimento” (Nunes, 2010) no atendimento aos terráqueos demandantes de assistência social e cuidados de saúde.

Ocorre que o primeiro grande entrecruzamento dialético dos direitos básicos do ser humano com o correspondente sistema de proteção social que remonta ao Estado protetor (séculos XIV-XVIII) ensejou o advento primevo da constitucionalização das garantias processuais. Deriva daí o processo de convergência entre o direito interno e o direito transnacional – Trata-se de “[...] uma superação do dogma da soberania em benefício da efetiva vigência do Direito” (Cunha, 2004, p. 631). E tudo isso, que vem se desenrolando desde 1948, institucionalizou-se graças à consagração dos direitos humanos no conteúdo normativo das Cartas, Textos, Convenções e Tratados Internacionais, o que lhes conferem um destacado patamar hierárquico que propende a prevalecer sobre o direito intranacional. Logo, “o princípio essencial que se funda a

jurisdição transnacional se baseia nesse caráter único de inteligência que adquiriram os direitos humanos” (idem, p. 638).

Por fim, convém explicitar que a administração pública transnacional é manifestada por processos sociopolíticos e técnico-operacionais globais circunscritos à “dominação em virtude da autoridade” (Estado: poder de comando e dever de lealdade), cuja função estratégica é regular o funcionamento do mercado enquanto sistema de intercâmbio de propriedades, isto é, por processos sociopolíticos, econômicos e técnico-operacionais mundiais relativos à “dominação em virtude de uma constelação de interesses” (Mercado: sobretudo devido a “uma situação de monopólio”),

Respectivamente representados enquanto agentes promotores/reguladores e enquanto agentes produtivos mercantis (Weber, 1999, p. 188).

#### 4 | GOVERNANÇA PÚBLICA GLOBAL

A Governança Pública Global, que tecnicamente se agrega à Administração Pública de igual índole, consiste num sistema de regulação logística que se caracteriza pelo exercício efetivo da combinação de várias funções administrativas em escala mundial, a saber: o planejamento, como sinônimo do modelo alternativo de sociedade “geral, abrangente e integrativa”; a organização, que tem por objetivo o ordenamento e o funcionamento dos mecanismos societários burocráticos que são submetidos aos ditames do princípio da hierarquia e, em última instância, aos ditames do princípio da legalidade; a direção, que alude ao comando e às orientações programáticas fundadas numa estrutura de poder sumamente complexa; a liderança, ou seja, as capacidades e expertises político-administrativas: a virtude na expressão teórica maquiaveliana (1979); e o controle, isto é, o exercício propriamente dito dos procedimentos burocráticos regulatórios que consubstanciam as atividades rotineiras e fundamentais que animam a ordem global emergente.

É preciso ter em mente que a soberania vestfaliana concebe o Estado como uma demarcação física politicamente legalizada e legitimada em que os funcionários públicos e os agentes políticos eletivos constituem os únicos árbitros do comportamento legítimo racional-legal. Ela exprime o direito ao isolamento, ao largo de qualquer ingerência por parte de outros Estados nacionais; e ao direito destes últimos serem reconhecidos como atores globais autônomos. A nova soberania, por sua vez, é a propensão plenipotenciária ao compartilhamento das redes, dos regimes, das instituições e das organizações transgovernamentais ou multilaterais (Slaughter, 2005, p. 285). Porém, depreende-se que tal participação é condicionada, uma vez que ela pressupõe a observância de algumas responsabilidades básicas isonômicas e amplamente positivadas em regimento, estatuto ou texto constitucional, e que serve para disciplinar desde a conduta institucional do Estado de extração regaliana até à conduta de um simples cidadão global. Logo, conclui-se que “esta é uma concepção positiva de soberania, em que o principal atributo da situação do Estado é a capacidade

de juntar esforços coletivos para enfrentar problemas globais e regionais” (idem, p.286; tradução própria), facultando-lhe, assim, o acesso participativo a toda e qualquer instituição supranacional.

Para além da simples descrição das redes de relações institucionais, ou da ordem mundial organizada em redes, Slaughter (idem) sugere uma estratégia de ação político-administrativa orientada para o aperfeiçoamento das regras de convivência mundiais no âmbito de uma nova ordem mundial, em que as resoluções dos problemas globais, com destaque para as externalidades físicas internacionais negativas, dependem da influência de uma diversidade cada vez maior de Estados desagregados que coexistem no mundo político contemporâneo, propiciando, assim, um maior protagonismo por parte de Estados periféricos no concerto assimétrico das nações, por sua vez marcado por uma multipolarização crescente que se exprime mediante a ampliação da participação sociopolítica nas tomadas de decisão globais levadas a efeito por organismo multilaterais em geral.

#### 4.1 Paralisia da Governança Global

David Coen & Tom Pegram (2015, p. 417; tradução própria) fazem a seguinte advertência em tom peremptório: **“A governança global não está funcionando”**. Com o fito de esclarecer tal proposição incisiva, estes autores destacam que o “célere crescimento da globalização econômica” aliado ao “aprofundamento da interdependência da atividade transfronteiriça” coloca o problema da “ausência relativa de mecanismos de governança capazes de lidar efetivamente com temas da política pública global”. Arrimados na proliferação das externalidades físicas internacionais negativas em geral, cuja influência supera as capacidades institucionais de regulação das estruturas dos governos nacionais, os supracitados autores observam que a governança global está fracassando em sua missão de buscar soluções para os emergentes problemas sociais, econômicos, políticos e culturais planetários. Logo, torna-se cada vez mais urgente compreender as disfuncionalidades interestatais que atravancam as dinâmicas transnacionais, ou conduz à paralização (*gridlock*), do sistema de governança global. E nessa empreitada, Coen & Pegram (ibidem) identificam três gerações de pesquisa sobre a governança global, elaboradas segundo a combinação das perspectivas epistemológicas da Política Pública da União Europeia (PPUE), das Relações Internacionais (RI) e do Direito Internacional (DI).

Uma primeira geração de pesquisa sobre a governança global 1) se caracteriza pelo predomínio de uma perspectiva de análise direcionada para os “mecanismos formais de relações interestatais no âmbito interno das instituições públicas multilaterais” (ibidem), tais como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Banco Interamericano, o Banco Internacional de Compensações, o Banco do BRICS, o G7, o G20 etc.; e 2) pela pressuposição segundo a qual nos sujeitamos a um sistema de governança global que se encontra em crise.

Uma segunda geração de pesquisa sobre a governança global desponta como

resultante da “falta de especificação dos travejamentos convencionais das estruturas do problema em tela” (o modelo agente x principal dos sistemas de governança multinível, por exemplo) (ibidem, p. 418). Além de tratar de “estruturas de governança mais experimentais e dinâmicas, facultando o advento de novas agendas de pesquisa atentas à ideia de contingência e de adaptabilidade nos processos e resultados da governança” (ibidem) essa segunda geração de estudos acerca da governança global tem como foco de análise o estudo das “novas formas de governança global pública e privada”, aqui concebidas como “resposta às limitações enfrentadas pelos Estados nacionais ao lidar com os urgentes desafios transfronteiriços” (ibidem).

E das consequências teóricas e empíricas abstraídas do produto epistêmico dessa segunda geração de pesquisa sobre a governança global, emerge agora, no início do corrente século, uma terceira geração de investigação, edificada e gestada mediante a triangulação analítica entre as disciplinas Políticas Públicas Europeias, o Direito Internacional e as Relações Internacionais, que evoluíram recentemente do estudo das relações internacionais para o estudo das políticas mundiais, aqui “definidas não apenas por estruturas sistêmicas anárquicas, mas também por uma infraestrutura construída sobre princípios liberais e a presença de diversas forças sociais” (ibidem).

#### **4.2 Por um Programa Unificado de Estudos sobre a Ordem Social Global e Correspondentes Instituições Derivadas**

Para desenvolver este desiderato epistemológico Octavio Ianni (2003; 2008; 2010) concebe um paradigma guarda-chuva para servir como modalidade híbrida de explicação, compreensão e interpretação da realidade empírica em que nós vivemos, e que se dá a partir da combinação de três dos principais enfoques gerais nas Ciências Sociais: o sistêmico ou estrutural-funcionalista (análise sincrônica ou das inter-relações entre os institutos sociais, econômicos, políticos e culturais), o compreensivismo weberiano associado à fenomenologia (centralidade da consciência humana e respectivos significados eidéticos; mundo da vida; universo de significados subjetivos produzidos pelos sujeitos históricos da pesquisa) e o histórico-crítico ou dialético (análise diacrônica/sincrônica, por sua vez informada pela ideia de totalidade, mudança e contradições sócio-histórico-estruturais), sendo que o estilo de pensamento fundado neste último tende a subsumir os demais estilos de pensamento supracitados.

Segundo Coen & Pegram (2015), para que o sistema de governança global funcione com eficiência, no sentido de apresentar soluções para os problemas ingentes derivados das externalidades físicas internacionais negativas, torna-se um imperativo lógico aprimorar nossa capacidade de compreensão 1) tanto dos fatores de obstrução, decorrentes dos entrecosques entre os grupos de interesse (*pressure groups*), 2) quanto dos próprios circuitos constitutivos dos processos, ou ciclos, de implementação das políticas públicas globais, quase todas elas compreendidas e inclusas na nomenclatura “políticas de cooperação internacional”. Logo, convém



empreender diligências no sentido de atribuir coerência lógica 1) tanto às dinâmicas social, econômica, política e cultural nacionais 2) quanto à dinâmica que extrapola as demarcações jurisdicionais entre a política nacional e a política internacional.

A este propósito, Slaughter (2004), por seu lado, reconhece que há um amplo rol de informações concretas orientadas para a elucidação dos regimes e das redes multilaterais, revelando, em contrapartida, que o que os estudos acadêmicos sobre a temática em tela carecem é de uma **“compreensão sistemática ou modelo de processos e dinâmicas”**. E estes desenvolvimentos ocorrem no contexto interno das “hierarquias interestatais duráveis e na redistribuição global do poder em curso”, em que se verifica a conjugação de uma “crescente multipolaridade” com uma “mudança no equilíbrio internacional de poder” (idem); ambas mutuamente.

A essa altura convém acrescentar, a título de esclarecimento, que o sistema de Estados independentes e soberanos constitutivos da sociedade transnacional, ou supranacional, é um componente característico de um sistema de governança global fundado na anarquia governamental, ou seja, em um regime de governança ‘sem’ governo, cada vez mais se metamorfoseando em uma governança ‘com’ governo. No entanto, não se trata, aqui, de especular sobre a efetividade e a validade cronológica da governança ‘sem’ governo. A questão que se coloca é aquela que tem por objeto a inexorabilidade da institucionalização crescente da governança ‘com’ governo.

Além do mais, como observa Octavio Ianni (2008, p. 149), a respeito de seu postulado sobre o advento da sociedade global na tardo-modernidade:

no âmbito da sociedade global, as relações de interdependência e integração, bem como as de fragmentação e antagonismo, podem ser vistas como novas, ainda não codificadas em conceitos, categorias, leis ou explicações. Mas são relações da maior importância, por suas implicações locais, nacionais e continentais. Expressam movimentos originais ainda pouco conhecidos, ou mesmo desconhecidos, devidos às peculiaridades das forças sociais, econômicas, políticas e culturais próprias da sociedade global, vista como nova totalidade histórica. Na medida em que o capitalismo continua a processar a globalização do mundo, emergem relações, processos e estruturas próprias deste mundo. E é aí que se lançam os movimentos de interdependência e integração, bem como os de fragmentação e antagonismo.

Em síntese, precisamos desenvolver uma compreensão sistemática acerca da governança global, dentro e/ou para além das Relações Internacionais. Para tanto, tal compreensão sistemática deve abarcar, conjugadamente, as perspectivas teóricas, conceptuais, empíricas e metodológicas capazes de serem aplicadas aos estudos dos processos e dinâmicas sociais, econômicos, políticos e culturais. Ou seja, conforme o pensamento teórico de Slaughter (2004), trata-se da construção de uma “compreensão sistemática” e/ou “modelo de processos e dinâmicas”, por sua vez orientados para a decifração da governança global.

## 5 | POLÍTICAS PÚBLICAS MUNDIAIS

Entre os quatro principais tópicos delimitadores deste artigo, respeitando-se a ordem em que estão dispostos no texto, com destaque para os três derradeiros, fica patente o parentesco lógico e funcional entre eles. De modo que ao referir-se a um deles se estará referindo-se aos dois outros, uma vez que a separação heurística total entre eles é impossível, em virtude de serem organicamente aglutinados numa mesma estrutura institucional auto-organizada. Logo, as categorias político-jurídicas funcionais relativas aos tópicos supracitados, além de não existirem em estado puro, devido ao fato de eles representarem institutos que operacionalmente nunca agem isoladamente, mas em conjunto, uma vez que se engajam numa convergente, paralela e bem coarticulada série de atividades rotineiras e fundamentais; ou mesmo num turbilhonamento.

Assim, o aparecimento da estrutura física do setor público, respeitante, sobretudo, ao conjunto de repartições e móveis em geral, bem como ao esteio burocrático e econômico-financeiro transfronteiriço, sinaliza para a administração transnacional, que, por sua vez, se consubstancia num centro planetário de inteligência e decisão *ex ante*. A governança global, por sua vez, é o meio de execução real das agendas estratégicas do governo (reino do efêmero) e/ou do Estado (reino da permanência relativa), visando garantir uma determinada hegemonia sociopolítica (governabilidade) com relação aos seus governados. Por fim, e na sequência, como decorrência político-administrativa da existência estrutural-funcional da administração transnacional e da dinâmica da governança global, despontam, sob o signo da lógica setorial/ global, as políticas públicas mundiais, já que estas últimas, além de se constituírem em respostas provisionadas sob a forma de bens, serviços, atos legais e administrativos em atendimento à sociedade civil mundial, devem se empenhar em realizar a gestação estratégica da relação global/setorial em escala terrestre. Além do mais, a política pública mundial tende a ser extensiva a todos os administrados indistintamente (Riani, 2002), pois os bens públicos puros, ou bens indivisíveis, são não rivais e não exclusivos, já que a eles não se aplicam os direitos de propriedade e em que o consumo dos administrados em geral não pode implicar na carência de outros segmentos de administrados, sobretudo se se considera a extrema necessidade civilizatória da execução sinérgica e catalizadora do princípio da infrustrabilidade dos fins perseguidos pelo Estado supranacional.

## 6 | CONCLUSÃO

É preciso aperfeiçoar nossa capacidade de entender propriamente em que consiste viver em um mundo cada vez mais interdependente e integrado, ainda que se apresente num *continuum* de fragmentação e desfragmentação renitente, de avanços e recuos intermitentes, e seja marcado pela proliferação acelerada de

novas uniformidades de ação institucional (formal) e não-institucional (informal). Logo, para atingir esse desiderato epistemológico, convém: i) identificar, descrever, explicar e compreender a dinâmica das cadeias interdependentes de causação entre os fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais de grande abrangência mediante a concepção heurística de correspondentes “individualidades históricas”; ii) usar o método das homologias estruturais, ou identidades de estrutura, em que as individualidades históricas escolhidas são cotejadas entre si, visando individuar suas características principais a título de estratégia teórico-metodológica com base no enfoque de índice típico-ideal de matiz weberiano; iii) articular numa totalidade inteligível única os fenômenos humanos associados aos blocos de ações individuais, concebidas enquanto “uniformidades de ação” que se verificam na arena da biografia (microperspectiva), assim como os fenômenos humanos associados à dinâmica da estrutura social, aqui considerada enquanto ordem coletiva circunscrita à arena da História (macroperspectiva), respectivamente (Mills, 1979), passando pelo vínculo dialético entre tais arenas, por sua vez viabilizado pelas noções weberianas de “relação social” e de “vocação”, esta última compreendida enquanto elo entre a estrutura da personalidade (consciência individual) e a estrutura social (consciência coletiva) (mesoperspectiva); iv) empreender uma análise comparada de políticas públicas nacionais e internacionais, ou globais, de corte político-jurídico-criminal (cooperação internacional regaliana); e, por fim, v) identificar, examinar e classificar os principais eventos, processos e relações sociais, econômicos, políticos e culturais que formatam o cada vez mais integrado sistema-mundo.

E diante de um problema dessa envergadura, precisamos desenvolver uma compreensão sistemática acerca da governança global, dentro e/ou para além das Políticas Públicas da União Europeia, das Relações Internacionais e do Direito Internacional. Para tanto, tal compreensão sistemática abarcará as perspectivas teórica, conceptual e metodológica aplicadas aos estudos empíricos dos processos e das dinâmicas transnacionais. Slaughter (2004) diria que se trata da construção de uma “compreensão sistemática [ou modelo] de processos e dinâmicas”. E daqui resulta que a transnacionalização das administrações públicas internas, que ocorre na esteira do globalismo enquanto totalidade geo-histórica, é um dos processos-mores que se decompõe em quatro subprocessos derivados e complementares: o social, o econômico, o político e o cultural.

## REFERÊNCIAS

CHAYES, Abram & CHAYES, Antonia Handler. *The new sovereignty: compliance with international regulatory agreements*. Cambridge, MA, USA; London: Vernon House; Harvard University Press, 4, 1995.

COEN, David & PEGRAM, Tom. “*Commentary - Wanted: A Third Generation of Global Governance Research*”. “*Governance: a international journal of policy, administration and institutions*”, vol. 28, n. 4, October, 2015. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2765904](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2765904).

- COX, Robert W. **Rumo à uma conceituação pós-hegemônica da ordem mundial: reflexões sobre a relevância de Ibn Kaldum**. IN: "Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial", p. 189, 2000.
- CUNHA, José Sebastião Fagundes. **Justiça supranacional ou transnacional**. Revista Brasileira de Direito Constitucional. "Em tempos de democracia". São Paulo, n. 03, p. 631, jun. 2004.
- GREFFE, Xavier. **Économie des Politiques Publiques**. Paris: Éditions Dalloz, 1997.
- HEIDEMANN, Francisco G. & SALM, José Francisco. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- HOOD, Christopher & JACKSON, Michael W. **Administrative Argument**. Aldershot, Hants, England; Brookfield, Vt., USA: Dartmouth Pub, 1991.
- IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 149, 2008.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Coleção os Grandes Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MARCH, James G. & OLSEN, Johan P. "Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política". Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 16 n. 21, pp. 121-142, novembro, 2008
- MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.
- MÜLLER, Pierre. **Les Politiques Publiques**. 1<sup>ème</sup> ed. Paris, France: Presses Universitaires de France, 1990.
- NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Brasília, DF: ENAP, 1997.
- RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2002.
- ROSANVALLON, P. **A Crise do Estado-providência**. 1. ed. Goiânia: Editora UFG; Brasília: Editora UnB, 1997.
- ROSENAU, James N. "Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial". In: ROSENAU, James N. & CZEMPIEL, Ernst-Otto (Org.). *Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- SLAUGHTER, Anne-Marie. **Sovereignty and Power in a Networked World Order**. 40 STANFORD Journal of International Law. Princeton University Press. 2004. Disponível em: <https://www.law.upenn.edu/live/files/1647-slaughter-annemarie-sovereignty-and-power-in-a>.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 1. ed., v. 2. Brasília: Editora UnB, 1999.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Clayton Robson Moreira da Silva:** Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doutorando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Accountability 6, 206, 207, 208, 210, 221, 222, 385, 387, 396

Acionista 7, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321

Administração Pública 6, 83, 188, 196, 207, 208, 211, 213, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 233, 234, 238, 240, 241, 253, 259, 260, 267, 306, 351, 385, 386, 387, 388, 390, 391, 392, 393, 395, 396

Agentes Locais de Inovação 5, 1, 3, 8, 9, 17

Alienação de Controle 308

### B

Bambu 7, 10, 261, 262, 263, 265, 267, 269, 270, 271

BPM 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

### C

Capital Social 6, 145, 146, 147, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 188

Carta de Serviços 6, 10, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234

Carteira de Investimentos 324

Case Study 7, 46, 185, 223, 273, 285, 336, 337, 338, 339, 345, 346, 364

Círculo das Matrizes Epistêmicas 6, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 130

Comportamento 68, 83, 383

Consumidor 7, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 303, 305, 306, 307, 357

Contabilidade 110, 166, 206, 209, 214, 222, 284, 306, 323, 386, 389, 391, 396, 397

Cooperação Acadêmica 6, 168, 170, 171, 182, 183

Cooperatives 336, 341

Custos 156, 284, 290, 292

### E

e-commerce 46, 143, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 301, 303, 305, 306

Educação Superior 109, 168, 169, 186

Empoderamento Feminino 84, 86, 87, 92, 94, 111

Empreendedorismo 17, 18, 31, 32, 110, 112, 131, 146, 152, 156

Equidade 6, 96, 102, 109

Estudos Críticos em Administração 49

### F

Fundos Imobiliários 324

### G

Gestão do Conhecimento 5, 49

Gestão Financeira 273, 286, 287

Gestão Municipal 190

Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 5, 18, 19

Globalismo 126, 236, 238, 246, 247

Governança 6, 55, 221, 222, 236, 238, 241, 242, 247, 282, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 322, 323, 396

Governança Corporativa 308, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 322, 323

## I

Incubadora de Empresas 132

Índice de Sharpe 324, 335

Inovação 2, 5, 6, 1, 3, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 131, 132, 144, 359, 425, 426, 427, 428, 429

Internacionalização 6, 145, 147, 148, 151, 154, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 170, 171, 181, 183, 186, 354, 356, 358

## L

Lei de Acesso à Informação 6, 191, 207, 208, 213, 218, 219, 228

Lei de Responsabilidade Fiscal 6, 190, 191, 192, 193, 204, 205, 207, 208, 211, 222

Liderança 5, 8, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 102, 110, 111, 353, 365, 382, 383

Liderança Situacional 5, 8, 58, 59, 60, 64, 66, 67, 383

## M

Maximização 324

Mercado de Trabalho 6, 99, 108, 109, 112, 369, 371, 383

Mercado Financeiro 308, 322, 323

Micro e Pequenas Empresas 5, 1, 3, 16, 17, 22, 24

Modelagem de Processos 34

Modelo de Internacionalização 6, 145, 151, 165

Mulher 94, 96, 99, 109, 111, 370, 373, 374, 383

## N

Neosoberania 236

## O

Organic food production 336

Organizational Learning 7, 336, 345, 346, 347

## P

Participação 60, 110, 112, 137, 215, 236

Pequena Empresa 17, 49

Pequenas e Médias Empresas 5, 36

Percepção 5, 69, 77, 78, 79, 80, 81, 112

Perfil do Empreendedor Brasileiro 5, 18, 19, 30  
Plano de Cargos e Carreira 5, 70, 74, 75, 78, 81  
Políticas de Gestão de Pessoas 5, 49  
Políticas Públicas 7, 10, 95, 109, 224, 233, 236, 238, 243, 245, 246, 247, 248, 249,  
254, 260, 261, 262, 270, 271, 348, 412  
Previdência Social 7, 197, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259,  
260  
Promoção 7, 284, 285, 290  
Propriedade Intelectual 131

## **R**

Radar da Inovação 1, 10, 14  
Reciclagem 273  
Rede de Inovação 131, 132  
Retorno 7, 284, 285, 290, 328, 334

## **S**

Satisfação 73, 80, 83, 301, 357, 360, 361  
Social Business 7, 338  
Sociologia das Ausências 6, 113, 114, 124, 128  
Sociologia das Emergências 113, 114, 124, 128  
Sustentabilidade 7, 261, 273, 274, 282, 313, 314

## **T**

Tag Along 308, 309, 314, 323  
Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição 6, 113, 114, 115, 119, 124, 128  
Teoria Uppsala 6, 145, 147, 163, 164  
Títulos públicos 324, 326  
Transnacionalização 236  
Transparência 6, 190, 191, 194, 205, 206, 207, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221,  
223, 228, 233, 388, 390

## **V**

Violência Simbólica 5, 9, 84

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-520-4

